



comunidade segura

Boas práticas *em revista* Ano III · Número 6 · Março 2011



Resgate da cidadania e transformação do futuro

Experiências de reinserção social de jovens envolvidos com a violência

PARA PROVAR QUE

é possível

Lidar com a população jovem em situação de risco, especialmente em territórios violentos, não é tarefa fácil. Os programas precisam ser sedutores para atrair os beneficiários, uma vez que fatores diversos como o acesso ao consumo, o status, a sensação de pertencimento a um grupo, a adrenalina e a visibilidade local, entre outros, levam ocasionalmente a um recrutamento voluntário deste grupo para o exercício de atividades ilegais, criminosas, perigosas, violentas.

Uma vez que os jovens já estejam envolvidos nestas atividades, os desafios para um trabalho de resgate e reinserção social se multiplicam. A tradicional pressão social por repressão e punição dificulta o investimento de recursos financeiros e esforços políticos para este fim por parte do poder público. A preferência acaba sendo por manter prisões e reformatórios em situação desumana e considerar estes jovens “inimigos” da cidadania como casos perdidos. O resultado é um sistema que cria, gradua

e credencia criminosos, sem apontar qualquer porta de saída, qualquer alternativa positiva.

É neste contexto que vale a pena destacar e reconhecer os esforços de organizações da sociedade civil, governos e iniciativa privada, quando caminham na contramão e mostram concretamente que toda a sociedade ganha com um trabalho que transforme o futuro desses jovens e promova uma conciliação cidadã.

O Comunidade Segura apresenta mais uma edição de sua revista de boas práticas reafirmando seu compromisso de projetar estas ações para que elas circulem em ambientes férteis e inspirem mudanças: políticas públicas inovadoras, avanços na legislação, pesquisas reveladoras e matérias na mídia tradicional que sensibilizem a opinião pública. Tudo que possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, e menos violenta.

O conteúdo das páginas a seguir são exemplos de que é possível.

Mayra Jucá

Coordenadora de Comunicação do Viva Rio



A Comunidade Segura - Boas práticas em revista e o site ComunidadeSegura.org fazem parte dos projetos desenvolvidos pelo Viva Rio na área de Segurança Humana. Ambos foram concebidos em conjunto com nossos parceiros para servir como ferramenta de trabalho a pessoas, organizações, redes e grupos interessados em temas relacionados à área.

O conteúdo desta publicação foi retirado do site www.comunidadesegura.org, onde você vai encontrar artigos e dossiês em português, inglês, espanhol e francês.

Coordenadora de projeto:

Mayra Jucá
mayra@vivario.org.br

Editora da revista:

Shelley de Botton
shelley@vivario.org.br

Equipe Comunidade Segura:

Shelley de Botton, Lis Horta Moriconi, Andrea Domínguez, Marina Lemle e Mariana Mello.

Colaboração:

Mélanie Montinard

Traduções:

Mariana Mello

Capa:

Familia Ayara (foto)

Programação visual:

Domingos Sávio – Imagem&Texto

Agradecimentos:

Ao Governo da Noruega.

Esse papo é de responsa

Mariana Mello

O projeto **Papo de Responsa**, uma parceria da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro com o Grupo Cultural Afroreggae, vem marcando presença em escolas e faculdades públicas e particulares do Rio. Com o objetivo de promover a integração entre polícia e comunidade, os integrantes do projeto vão até os estudantes e conversam sobre segurança pública e cidadania. Um convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Rio leva o programa a várias escolas públicas.

Segundo Marco Pedra, inspetor da Polícia Civil, o que se passa nos encontros é, acima de tudo, um papo. “Não existe um *script* ou modelo de palestra. As dúvidas e assuntos vão surgindo”, conta.

O papo aborda desde o *bullying*, a falta de respeito no ambiente escolar/familiar, o uso da internet pelos jovens, até a corrupção policial, problemas no sistema carcerário e o consumo e descriminalização das drogas.

“A ideia do Papo de Responsa é criar vínculos com os jovens, acompanhá-los, promover mais debates e encontros nas mesmas escolas, voltar, dialogar, conscientizar”, explica Marco Pedra.

Críticas à atuação da polícia naturalmente surgem ao longo

do Papo. Além de policiais civis, Chinaider Pinheiro, egresso do sistema penitenciário, integra a equipe que vai até as salas de aula.

Chinaider saiu da prisão direto para o Afroreggae. Ex-trafficante, ele ficou sob custódia por mais de dez anos por chefiar o tráfico em seis

do crime é ilusória” pois o dinheiro do crime não traz “orgulho e sim vergonha”. Aos 35 anos e fazendo um “trabalho digno”, Chinaider afirma que hoje tem orgulho de si mesmo.

Dez integrantes da Polícia Civil e dez do Afroreggae tocam o Papo de Responsa. Uma união antes impensável para eles próprios. “Nós policiais, os ex-criminosos e os

Brasil



Policial bate um papo de responsa com alunos de uma escola de Niterói, no Rio de Janeiro.

grandes favelas do Rio, entre elas Vigário Geral.

Em suas conversas com os adolescentes, Chinaider enfatiza a importância das escolhas. Todo seu passado no mundo do crime, reconhece, foi fruto de suas decisões. Ele afirma que “a vida

jovens fazemos parte de universos completamente antagônicos. Mas é impressionante como a gente aprende com a diferença. Por isso estamos aqui, para estimular canais de diálogo”, explicou a inspetora Claudia Otília, também integrante do Papo de Responsa.

Derrubar o muro invisível da exclusão social

Lis Horta Moriconi

Uma iniciativa de resgate de jovens em situação de risco leva aulas de cidadania e abre espaço para debate entre jovens que moram em comunidades dominadas pelo tráfico. Chama-se Protejo.

O projeto, uma das 24 ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, será implementado pela Oscip Viva Comunidade em uma pequena

comunidade do município de Cabo Frio, no Norte Fluminense, que cresceu ao redor

de um lixão. O Protejo já atendeu a mil jovens de comunidades de baixa renda em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, e 500 no Complexo da Maré, na Zona Norte.

Mas o Protejo protege a quem, do quê? “O Protejo faz inclusão social”, afirma Moisés de Azevedo Marins.

Carlos Costa,
coordenador de
Juventude do Viva
Comunidade.

“Ele nos levou a pensar a que mundo pertencemos, a um mundo sob a tutela do tráfico ou a um mundo com instituições públicas que protegem nossos direitos e deixa claro quais são os nossos deveres?”, questiona.

Morador da favela da Maré, Marins hoje é auxiliar de escritório. Mas nem sempre foi assim. Ele é um dos jovens em situação de risco que participaram do Protejo na comunidade, entre setembro de 2009 e abril de 2010. “Foi a primeira vez que ouvimos o lado do Estado, até então agente só sabia do lado do tráfico,” disse o jovem.

Inovador até nas metas, o Protejo visa a uma formação cidadã proporcionando elementos que contribuam para metas de iniciação profissional e aceleração escolar. “O nosso objetivo é que os jovens beneficiados retornem à educação formal e ingressem no mercado de trabalho”, explica Alexandre Goes, coordenador pedagógico do Viva Comunidade.

O Protejo se destina a áreas com altos índices de vulnerabilidade e insegurança e é dirigido a jovens de 15 a 24 anos, que compõem o grupo mais atingido nas estatísticas de violência armada no país.

Antes de aprovar o projeto, o Ministério da Justiça usa uma avaliação territorial para chegar aos jovens mais isolados do estado.

“No território, encontramos jovens que não completaram o ensino fundamental, o ensino médio, ou que estão cumprindo uma medida socioeducativa, e ainda temos o jovem que passou pelo sistema prisional, porque muitos são maiores de idade”, conta Goes.

Cada beneficiário recebe uma bolsa-auxílio de R\$ 100 e tem que cumprir uma carga horária de aulas teóricas e práticas. São 800 horas sobre formação cidadã, matemática, português e iniciação no mercado de trabalho. Além disso, participam de atividades culturais e esportivas.

Questionar certezas, derrubar muros

Para Carlos Costa, coordenador-geral de Juventude e mediador de conflitos do Viva Comunidade, o projeto promove uma mudança de mentalidade e parte disso passa por desconstruir as próprias linhas territoriais e de confronto. Mais do que isso, separa o perigo real do folclore do tráfico.

“Quando entramos na Maré, chegamos em meio a uma guerra entre facções: 160 mil moradores, quatro facções criminosas, fronteiras que pessoas não atravessam, altamente hostil. A nossa preocupação era superar a lógica local”, recorda Costa.

Brasil



De início, o Protejo dividiu os jovens em grupos que respeitavam as divisões locais. Depois, promoveu a interação entre os grupos por meio de seminários coletivos organizados e realizados pelos próprios alunos e visitas a lugares fora do território, como por exemplo, comunidades pacificadas.

“A interação questionou certezas, aproximou os jovens primeiro de seus pares do outro lado das fronteiras, depois deu uma nova visão do Estado, incluindo a polícia, o sistema de saúde, a escola”, comemora Costa.

“O que eu mais gostei do Protejo foi aprender sobre nossos direitos, e deveres. Na comunidade agente só tem a visão do tráfico que tenta nos comprar com certos benefícios. O Protejo foi a porta para um mundo maior”, conta Beatriz Pereira da Silva, também moradora da Maré e beneficiária do projeto na comunidade. Hoje, ela é auxiliar de escritório e planeja fazer faculdade de Administração.

Segundo os coordenadores, cada passo envolve uma ruptura com a cultura do medo. Ao se



Beatriz Pereira está empregada e quer fazer faculdade.



Moisés Marins (centro) é um dos 100 jovens beneficiados pelo Protejo implantado no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio.

apresentar à comunidade como braço do Estado, o Protejo questiona a força de lideranças espúrias locais, o poder do traficante e o folclore local que cerceia a autonomia real dos moradores.

Mobilizados os jovens, há sempre a questão da evasão. O Ministério da Justiça espera 100% de aproveitamento. Mas Alex Goes questiona essa metodologia. “Em São Gonçalo começamos com mil jovens e terminamos com 635. Dentre os 265 jovens que para o MJ foram considerados evadidos, tínhamos desde os que abandonaram o projeto, até os que retornaram ao sistema escolar e que se inseriram no mercado de trabalho”, conta Goes.

O Protejo tem início, meio e fim. “Na verdade quando o Protejo chega numa comunidade, ele procura estabelecer parcerias com as entidades locais, igrejas,

grupos culturais, associações de moradores. Temos uma grande preocupação em rejeitar clara e publicamente qualquer ligação com organizações criminais. Como resultado, o próprio processo do Protejo ajuda a encontrar e desenvolver lideranças locais, inclusive entre os jovens. Depois desse mergulho na cidadania, a semente foi plantada.” conclui Carlos Costa. 📄



Alexandre Goes, coordenador pedagógico do Viva Comunidade.

Degase: liberdade religiosa ou evangelização?

Marina Lemle

A assistência religiosa oferecida aos adolescentes internos ou semi-internos do Novo Departamento Geral das Ações Socioeducativas (Degase) é majoritariamente evangélica: nas 22

Brasil

unidades onde há assistência religiosa, atua pelo menos uma igreja protestante/evangélica (ou pentecostal), sendo que em 19 o serviço é prestado por representantes da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd).

Essa preponderância foi identificada na pesquisa “Perfil da

solicitado pela própria direção geral do Degase, que percebeu a urgência em definir uma proposta pedagógica e estabelecer regras claras para lidar com a questão religiosa nas suas 24 unidades.

A pesquisa foi coordenada pelo sociólogo Pedro Simões, que analisou o material fornecido pela instituição e as dezenas de entrevistas feitas com diretores e assistentes religiosos. Por questões jurídicas, os adolescentes não foram consultados.

De acordo com a pesquisa, há uma média de três instituições

outras vertentes religiosas. A Igreja Católica está presente em 14 unidades, e em dez delas divide espaço com igrejas protestantes/evangélicas. Nas outras quatro, também atua um grupo espírita.

As instituições protestantes/evangélicas conduzem quase 74% das atividades religiosas realizadas no Degase. A Igreja Católica, embora atue de forma organizada, não abrange mais que 20% do universo. A presença de grupos espíritas e ecumênicos não chega a 10% do conjunto de atividades. Os grupos religiosos afrobrasileiros não participam das atividades de assistência religiosa por não terem demandado espaço de atuação.

A provisão de assistência religiosa aos adolescentes internados em Unidades do Sistema Sócio-Educativo é uma prerrogativa legal, prevista no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (Sinase). As ações, porém, devem respeitar a liberdade de crença de cada indivíduo e não pode ser obrigatória.

“Na ausência de regulamentação de como deve operar a assistência religiosa no cotidiano das unidades, a interpretação da lei está sujeita a diferentes entendimentos e interpretações”, explica. Para ele, as atividades de assistência religiosa devem ser conduzidas de acordo com os princípios de um Estado democrático e laico. ■



Grupo presta atendimento religioso a jovens em regime de internação no sistema socioeducativo. Unidade Daguiomar Feitosa, Manaus, AM.

Assistência Religiosa no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro”, desenvolvida pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) entre setembro de 2008 e junho de 2009. O estudo foi

religiosas atuando em cada unidade do Degase. Em todas, há pelo menos uma igreja protestante/evangélica, sendo que em oito, elas atuam sem a presença de

Drogas e delinquência juvenil

Andréa Domínguez



Adolescentes ficam internados em regime fechado no Instituto San Martín, na Argentina.

Drogas e delinquência juvenil são questões que costumam ser jogadas no mesmo saco, sem que se saiba com clareza qual é a relação entre elas. Para estabelecer os padrões de uso de drogas entre crianças e adolescentes em conflito com a lei e entender suas causas e consequências, um grupo de integrantes do Programa de Assistência e Pesquisa sobre Dependência da Secretaria Nacional da Infância, Adolescência e Família da Argentina, realizou o “Estudo sobre perfis sociais e padrões de consumo de substâncias psicoativas em adolescentes residentes em dispositivos de regime fechado”.

De acordo com a psicóloga Fabiana Cantero e o sociólogo Fernando Veneziale, autores do

estudo, não se verificou uma relação linear entre o consumo de substâncias psicoativas e os atos de transgressão da lei.

Isto não significa que não foram detectados casos em que foram cometidos delitos sob o efeito de substâncias psicoativas, mas que não se pode afirmar, segundo os autores, que haja uma relação direta entre o uso de drogas com o momento que antecede os delitos.

Os pesquisadores destacaram outros aspectos como determinantes mais significativos do comportamento delitivo, como um profundo quadro de exclusão e a falta de oportunidades no ambiente onde esses jovens crescem e vivem.

Baixa escolaridade, desemprego, reincidências no sistema correcional e experiências infantis e juvenis

marcadas pela vida nas ruas, pela pobreza e pela violência, preparam o terreno para que germinem comportamentos delitivos, como roubos e furtos, ou atitudes transgressoras, como o uso de substâncias psicoativas legais e ilegais.

Argentina

O estudo revelou que o uso abusivo de drogas entre os adolescentes se intensifica a partir dos 16 anos, mas que a idade média de início de uso de drogas está entre 12 e 13 anos. Além disso, avalia a entrada em cena da pasta-base de coca, que vem aumentando nos últimos dez anos na Argentina.

Com relação ao tipo de droga utilizado pelos jovens, segundo o estudo, nos casos em que se pode fazer uma relação entre os delitos cometidos sob o efeito de drogas, se observa que a pasta-base e os psicofármacos são as substâncias mais utilizadas. “Por seu efeito de curta duração, o consumo da pasta-base demanda reposição contínua da substância, e em consequência, dos recursos financeiros para sua obtenção”, afirmam Fabiana e Veneziale. A pesquisa constatou, no entanto que, no caso dos psicofármacos, o consumo indiscriminado ou combinado leva os jovens a realizar transgressões, mas os jovens não têm consciência de seus atos.

O estudo foi realizado por meio da aplicação de um questionário a 218 adolescentes reclusos em instituições de regime fechado da Secretaria da Infância, Adolescência e Família, como o Instituto San Martín.



A família do hip-hop COLOMBIANO

Andréa Domínguez

ENTREVISTA / Diana Katerine Ortega

Tudo começou com o desenho de roupas para hip-hop à moda colombiana. Um grupo de jovens que perambulava por ruas hostis de Bogotá decidiu gravar suas letras de músicas, repletas de denúncias de exclusão social. Elegeram a roupa que usariam como o principal elemento para chamar atenção. Por meio de uma microempresa, elas seriam vendidas exclusivamente para a tribo urbana dos *hiphoppers*.

A roupa Ayara, como foi chamada, foi um sucesso imediato entre a tribo do hip-hop. A venda das calças largas, de camisas estampadas e de todos os outros trajes se tornaram um meio para conquistar um espaço de participação e ação na sociedade colombiana para os jovens – particularmente, jovens

afro-descendentes e mestiços, os mais excluídos tradicionalmente na Colômbia.

Quinze anos de trabalho consolidaram a Fundação Artística e Social da Família Ayara como uma das organizações de e para jovens mais sólidas do país e da América Latina. Estes jovens alcançaram sua meta e converteram-se em um centro de formação de lideranças utilizando elementos da cultura hip-hop, como a música, o *break dance*, o *rap*, o *graffiti*, o teatro de rua e o *design* de roupas. Hoje, o projeto atende a 1.500 pessoas, beneficiadas diretamente, e mais outras 10 mil indiretamente.

Diana Katerine Ortega é um dos exemplos de sucesso da Família. Ela chegou lá com 14 anos para participar das oficinas de teatro com mulheres cantoras de *rap*. Hoje,

aos 23 anos, Diana ocupa o cargo de coordenadora de redes e de influência política da Família Ayara e planeja continuar seus estudos com um mestrado em influência política.

Qual é o objetivo da Fundação Família Ayara?

Somos uma organização de jovens colombianos afro-descendentes e mestiços, que realiza atividades sociais, artísticas, educativas e produtivas baseadas na cultura do hip-hop, com o objetivo de melhorar as oportunidades de vida de crianças e jovens e estimular seu ativismo cidadão para exigir seus direitos. Com a realização de oficinas artísticas e de orientação psicossocial, capacitamos os jovens envolvidos em liderança, influência política e empreendedorismo, para criar alternativas à violência e à exclusão social.

Colômbia

Por que o hip-hop?

O enorme potencial que o hip-hop tem como ferramenta de construção social já é amplamente reconhecido. O hip-hop se tornou uma ferramenta eficaz para a comunicação com os jovens utilizando uma linguagem que eles entendem. O movimento do hip-hop na Colômbia é talvez uma das subculturas urbanas mais fortes de todos os tempos. O instituto de patrimônio de Bogotá fez um estudo para a declaração da cultura hip-hop como patrimônio cultural intangível da cidade.

O hip-hop colombiano tem particularidades?

Nossa cultura hip-hop nunca foi uma simples cópia do bling-bling do hip-hop comercial que cultua a violência, o sexismo e o consumismo. Os grupos artísticos Ayara – que hoje estão entre os artistas mais reconhecidos do país – continuam fiéis às suas origens e usam seu talento para a criação de um mundo melhor para as jovens e os jovens colombianos.

Que influência política os jovens hiphoppers conseguiram obter?

Na Ayara trabalhamos para transformar a vida de nossos jovens, gerando melhores e mais oportunidades que nos brindem com mais bem-estar. Dentro dos aspectos sobre os quais conseguimos influir estão: políticas públicas para jovens em Bogotá e diferentes cidades da Colômbia; orçamento participativo em Medellín, Cali e Buenaventura; campanha Nacional Hiphoppers pela Paz; instituições de proteção e reeducação de crianças e adolescentes como Hogares Claret e Redentor; secretaria de Integração Social e Política Pública para Mulheres.

O que está sendo feito para apoiar jovens que fazem parte do programa em outras cidades?

Estamos realizando várias ações como acompanhamento das organizações pela Ayara, criação de uma Comissão de acompanhamento formada por autoridades nacionais e organismos internacionais, declaração de status de território de paz a Son Batá e uma Campanha Nacional de Hiphoppers pela Paz.

implementam as artes urbanas para a prevenção e a reinserção de jovens vítimas e em risco de vinculação com o conflito armado e a delinquência urbana.

Quais são os objetivos da Plataforma?


Potencializar os processos organizativos, a capacidade de incidência política e o potencial de mobilização social de líderes



Fundação Artística e Social da Família Ayara forma jovens líderes utilizando elementos da cultura hip hop.

Do que se trata a Plataforma Global de organizações?

A plataforma internacional para o fortalecimento de organizações juvenis e a prevenção da violência e do crime nas cidades, dinamizada pela Família Ayara, é uma iniciativa que vem se desenvolvendo desde 2008 com organizações juvenis nacionais e internacionais com foco em temas relacionados à segurança, participação e fortalecimento do estado social de direito. As ações

e organizações juvenis que usam mecanismos alternativos culturais e artísticos para a construção da paz. A Plataforma também pretende impulsionar o diálogo e a colaboração entre os grupos juvenis e as instâncias governamentais locais e departamentais para a formulação de políticas públicas que integrem as propostas dos jovens em termos de segurança, cultura, mulher e gênero, minorias étnicas, juventude e infância. 

Estação Esperança: adeus ao trem do crime

Andréa Domínguez

Na cidade de Estación Central, na periferia de Santiago, no Chile, o projeto Estação Esperança surgiu para por fim à iniciação de jovens menores de 14 anos no crime. A cidade fica em um setor da capital chilena com altos índices de criminalidade juvenil.

Chile

O projeto se fundamenta no aproveitamento dos talentos dos jovens e de suas famílias. Para Felipe Andrés Fernández Soto, chefe do departamento de Segurança Pública do município, a individualização é


que tenham infringido a lei ou que tenham tido seus direitos violados e fazemos intervenções específicas para cada usuário”, explica o psicólogo. Para Fernández, um dos principais desafios é a baixa taxa de adesão ao programa já que os jovens da região já passaram por diversas intervenções no sistema educativo e de saúde mental, sem êxito.

Em uma pesquisa realizada para acompanhar a aceitação do projeto entre seus usuários, 60% dos adolescentes entrevistados disseram se sentir bem quando recebiam a visita dos técnicos.

A complexidade destes problemas requer uma abordagem multicausal. “Por isso, o projeto tem parcerias com atores locais encarregados da prevenção e da repressão ao crime e com as instâncias jurídicas encarregadas de sua reparação ou punição”, explica Fernández.

Os jovens que frequentam o projeto têm entre quatro e 17 anos. Suas biografias são marcadas pelo abandono precoce da escola e muitos foram expostos a experiências de violência. “Quando entram em contato com os jovens, os técnicos se deparam com conflitos familiares sustentados por dinâmicas de violência e violação que perpassam gerações”, agrega Fernández.

A intervenção tem caráter ambulatorial e se baseia em visitas domiciliares. Há quatro níveis de intervenção: acompanhamento individual, integração em grupo, fortalecimento das competências familiares e intervenção em rede.

Primeiro é feito um diagnóstico que estabelece o índice de vulnerabilidade do adolescente e suas potencialidades. O segundo passo é a intervenção, cujas características são determinadas a partir de cada caso. Por fim, é feito o acompanhamento e o fechamento do processo onde é feita uma avaliação do cumprimento das metas fixadas no plano de intervenção individual elaborado para o/a jovem. 



Equipe do Projeto Estação Esperança conseguiu reduzir taxa de reincidência criminal dos jovens beneficiados que hoje é de 17%.

o que faz o projeto, que reduziu a taxa de reincidência dos jovens para 17%, ter um alto nível de aceitação na comunidade.

“Trabalhamos com os jovens

Os jovens de Estación Central estão expostos a uma série de questões associadas à violência, como drogas, violência doméstica, exploração sexual e tráfico de armas.

SÁBADO E DOMINGO na escola!

Andréa Domínguez

O **toque do sinal** que marca o fim da jornada estudantil da semana escolar sinaliza o início de um fim de semana cheio de atividades e aprendizado nas 206 escolas que fazem parte do programas Escolas Abertas, na Guatemala.

Em vez de aulas de biologia, matemática e espanhol, são oferecidas oficinas de dança, pintura, bordados, xadrez, artesanato e cultura maia. Os pátios e quadras se tornam espaço para prática de esportes e palco para festivais e festas de bairro.

Esta é uma das maneiras que os guatemaltecos encontraram para abrir espaços de inclusão social em áreas urbanas prejudicadas pela precariedade de infraestrutura, escassez de serviços públicos, violência, desemprego e falta de oportunidades para os jovens.

O diretor do programa, Claudio Magnífico, explica que, a cada fim de semana, 200 mil crianças e jovens fazem algo diferente e positivo nestes lugares. “Tudo que eles fazem neste tempo permite descobrir seus talentos e transformar o ócio em tempo produtivo”, afirma.

As Escolas Abertas se inspiraram em um programa brasileiro. Além destes dois países, Chile e Argentina são os únicos na América Latina que também implantaram o programa.

O objetivo das Escolas Abertas vai além de simplesmente preencher

o tempo livre das crianças e adolescentes do subúrbio, ainda que isto seja importante para tirá-los das ruas e prevenir que entrem para as *pandillas*. O que se busca no longo prazo, segundo Magnífico, é a consolidação de valores democráticos, o reforço da autoestima e a formação de lideranças.

“O programa das Escolas Abertas faz aparte da educação formativa. O que não se consegue cobrir regularmente nas escolas é o que as Escolas Abertas oferecem, como arte, esportes, abordagem de uma cultura específica”, explica Magnífico.

A maioria das escolas que participam do programa estão em localidades com altos índices de violência e oferecem ferramentas que permitem às crianças e jovens que vivem sob esta influência desenvolver-se integralmente como pessoas e alcançar outras alternativas, que não a pobreza, a violência, a delinquência e a falta de educação e de oportunidades em geral.

O programa é totalmente gratuito e ainda oferece almoço para todos

os visitantes. Os encarregados de comandar as oficinas são pessoas contratadas para esse fim especificamente e que fazem parte da comunidade local. É assim que a comunidade aprende a usar Internet, organiza bazares, monta peças de teatro e ensaia shows musicais.

Uma das pessoas que tem conseguido desenvolver vários talentos nas Escolas Abertas é Velveth Castillo, estudante da localidade de Boca del Monte, na Cidade da Guatemala. Aos 13 anos, ela não só participa de várias oficinas como também é membro do Conselho Juvenil das Escolas Abertas, que reúne jovens líderes de diferentes comunidades onde se

Guatemala



Crianças e adolescentes participam de atividades esportivas e culturais nos fins-de-semana em escolas da Guatemala.

localizam os centros de formação. Velveth descobriu sua vocação graças a estas atividades. “Quando sair da escola, quero ser jornalista”, afirma.



Jovens com o destino tatuado

Andréa Domínguez

Pertencer. A uma *pandilla*, a uma *mara*, a uma *barra brava*. A qualquer grupo, mas pertencer. Este sentimento que move os jovens da América Central foi observado pelo cineasta Marco Nicoletti durante as filmagens de um documentário para a ONG Interpeace, na Suíça, que trabalha na construção da paz em diferentes lugares em conflito no mundo.

O filme se concentrou nos programas de atenção a jovens da região que estão sob risco de serem cooptados por organizações criminosas ou que já

América Central

pertencem a alguma e querem mudar de vida. Mas a porta de saída é bem mais estreita do que o de entrada.

Após o fim das filmagens e de volta à França, onde mora, Nicoletti

concedeu entrevista ao Comunidade Segura sobre os grupos em Honduras, El Salvador e Guatemala.

Como o senhor definiria maras?

Existem muitas particularidades entre os grupos e não se pode classificar todas sob o mesmo conceito. As maras são grupos radicais que exigem o cumprimento de provas para aceitar novos componentes, como cometer determinados delitos. Os novatos têm que fazer uma tatuagem de fidelidade ao grupo e sair dele é extremamente difícil.

Qual é diferença entre maras e barras?

As barras bravas são grupos seguidores de times de futebol, como os hooligans ingleses. As maras entram em disputas entre si e com

as barras bravas. Em certos bairros, uma barra pode ser dominada por uma mara e em outros por outra. Um garoto que pertença a uma determinada barra, ao passar para outro bairro, pode ser assassinado pela mara rival mesmo que pertença à mesma barra. Aos poucos, as maras recuperam sua liderança e tendem a absorver as barras.

Os programas documentados pretendem impedir que os jovens entrem para os grupos e os ajudem a sair deles. Como fazem isso?

O problema de fundo é a busca de uma identidade. A adolescência é um período difícil da vida. Se os pais estão longe, eles têm as maras como modelo. É difícil não querer ser parecido com os semelhantes. O Interpeace procura estes jovens

em risco, oferece oportunidades e atividades, fala com as famílias e moradores do bairro e tenta instruir pais e comunidade sobre como tratá-los.

Que estratégias foram empregadas para tirar esses jovens dos grupos?

Precisamos penetrar seu ambiente, fazer com que não se marginalize totalmente e que consiga recuperar seu papel na sociedade. Quando vão presos e são muito jovens, às vezes os juízes os colocam para fazer um trabalho social em que aprendam um ofício como eletricitas, mecânicos etc. As tatuagens são retiradas e isto é algo significativo porque uma simples tatuagem pode conduzi-los de novo à prisão. Além disso, é um estigma social que não lhes permite ir à escola ou trabalhar.

Por que eles entram para esses grupos sabendo terminarão na prisão ou mortos?

A situação na América Central é diferente da Colômbia ou do Brasil, onde há dinheiro da droga. Em Los Angeles ou no Rio, a motivação mais forte é financeira. Na América Central as pessoas são muito pobres. Na Guatemala, El Salvador e Honduras, eles o fazem por motivo de identidade, para definir quem são a partir do pertencimento a um grupo. As maras permitem que eles pertençam, lhes dão proteção, comida, maconha (geralmente não usam outras drogas). De certa forma, a mara lhes dá amor, respeito mútuo e compartilham coisas e a vida. Depois começam as tarefas, como matar alguém da mara



Cineasta faz documentário sobre as jovens pertencentes às maras da América Central para ONG que trabalha para a construção da paz.



contrária. E o jovem faz isso para merecer o amor que a família teria que lhe dar. O psicólogo Juan Carlos Molinas, que trabalha nas prisões da Guatemala, diz que eles matam por amor.

Como foi se aproximar deles e filmá-los?

Eles desconfiam muito de jornalistas. Muitos os tratam como animais perigosos. É difícil se aproximar. Mas, quando o fazemos com respeito,

nos respeitam também. Eles gostam de contar suas histórias, porque têm a esperança de que um dia suas vidas venham a se transformar em um filme de Hollywood. Ao serem fotografados, escutados, filmados, sentem que sua vida tem valor. Sabem que vão morrer rápido - em geral não passam dos 23 anos e no fundo querem comunicar o que sentem. Quando nos aproximamos, conseguimos ver os seres humanos que são. 📄

Guatemala:

SIM PARA A VIDA, NÃO PARA A VIOLÊNCIA

Carola Mittrany

Aos 14 anos, Sergio Limatu já foi testemunha do assassinato de um colega de classe. Segundo o jovem, ver colegas de classe morrer e andar armados fazia parte de sua rotina. “Quando saíamos em grupos, encontrávamos

Guatemala

com *pandilleros* que nos esperavam para assaltar. Então,

nos organizamos para brigar até que um colega levou uma arma. Disse que se eles tinham armas, deveríamos ter também”, conta.

Hoje com 20 anos, Limatu lembra que, ao ver a arma na mão de seu amigo, se deu conta de que não poderia usar mais violência para combater a violência. “Se eu quiser ter um futuro, tenho que fazer algo diferente”, pensou. Foi assim que decidiu ser voluntário no Programa Escolas Seguras do Instituto de Ensino para o Desenvolvimento Sustentável (Iepades).



Jovens se tornam multiplicadores de cultura de paz em programa orientado para os alunos do Ensino Médio na Guatemala.

O Escolas Seguras é um programa orientado para os alunos do Ensino Médio e tem o objetivo de mudar a cultura de violência com a qual se convive no país. Segundo dados do próprio instituto, atualmente morrem na Guatemala mais de cinco mil pessoas por ano por causa da violência. Mais de 80% dessas mortes são por arma de fogo e a maioria das vítimas são jovens com até 25 anos.

“A juventude possui uma grande força, desejo de participação e inclusão”, afirma Carmen Rosa de León-Escribano, diretora do Iepades. Através do eixo de trabalho “juventude e infância pela paz”, a organização mostra para os jovens o impacto da violência armada e forma multiplicadores da paz entre os próprios estudantes, promovendo capacitações especializadas no tema. “Trabalhamos a partir da arte, do esporte e de debates dos quais todos participam e todos aprendem”, explica Carmen Rosa.

Distribuído em três áreas geográficas estratégicas – urbana, fronteiras e comunidade indígena -, o programa recruta 100 jovens por ano para tornarem-se multiplicadores da paz. A missão desses jovens é replicar o tema da prevenção da violência armada em suas comunidades, bairros, escolas e igrejas. Tudo de forma voluntária.

Além dos jovens, policiais e professores também são capacitados e se procura melhorar as instalações educacionais com câmeras e vigilância policial próxima às escolas para criar um entorno mais seguro para os jovens.

Limatu conta que ter testemunhado a morte do amigo o estimulou a realizar ações como estas. “Assim como existem certos jovens que oferecem armas, tem que haver jovens que ofereçam uma alternativa. Eu ofereço uma opção de futuro e também de presente. E afirmo que uma arma de fogo não traz nada de bom, apenas dor e sofrimento”, conclui.

De acordo com dados do Iepades, na Guatemala existem cerca de 400 mil armas legais e são registrados 1.500 roubos de armas por ano. Ainda segundo dados da instituição, 70% das armas envolvidas em delitos são ilegais.

Em um esforço para controlar essa situação, entrou em vigor em abril de 2009, a nova Lei de Armas e Munições (Decreto 15-2009) que conquistou alguns avanços importantes. Entre eles, a restrição para a compra de armas e munição.

O Iepades está na Guatemala há quase duas décadas trabalhando pela construção da paz e da justiça social. A ONG atua junto às comunidades e aos municípios na gestão local da segurança. ■

Masculinidade livre de violência

Andréa Domínguez

“Estávamos dispostos a matar ou morrer, e assim se passaram muitos anos. Todos os dias eu tinha pesadelos”. A lembrança é de um ex-pandillero nicaraguense de 23 anos, que saiu da gangue e hoje compartilha sua experiência com outros jovens graças ao trabalho do Centro de Prevenção do Delito (Ceprev).

Vista de fora, a atitude agressiva das *pandillas* é simplesmente considerada uma violência, que deve ser reprimida também com violência. Vendo de dentro, a violência das *pandillas* é um fenômeno muito mais complexo e, para começar a desarticulá-lo, é preciso mudança. Para a psicóloga do Ceprev, Iveth Espino Altamirano, primeiro é necessário se estabelecer uma proximidade com os jovens, baseada na confiança e no respeito mútuo.

A premissa que guia o trabalho do Centro é mudar a mentalidade de uma masculinidade que se sustenta pela violência. Com este enfoque, cerca de oito mil jovens nicaraguenses já foram beneficiados pelos programas, que oferecem capacitações em cultura de paz. O Ceprev foi fundado em 1997 com o objetivo de prevenir a violência na Nicarágua ao estimular relações não autoritárias no ambiente familiar, escolar e comunitário.

Pelo menos 80% das *pandillas* nas comunidades atendidas foram

desarticuladas. “Nossa missão é trabalhar com estes jovens para ajudá-los a largar comportamentos autodestrutivos e violentos através da construção de uma cultura de paz”, explica Iveth. Ela reconhece que este tipo de transformação demora, mas gera resultados duradouros.

O projeto foi implantado em 34 das comunidades na capital Manágua, caracterizadas pela pobreza, exclusão social,

efeito multiplicador na sociedade. “O indivíduo capacitado busca na inserção no mercado de trabalho e na formação acadêmica uma forma de autossuperação”, pontua.

A polícia também é convidada a participar deste processo. São realizadas oficinas com os policiais para oferecer-lhes uma perspectiva mais completa da realidade com o objetivo de mudar a dinâmica de ação-

Nicarágua



Oito mil jovens ex-integrantes de pandillas da Nicarágua já se beneficiaram dos programas que oferecem capacitação em cultura de paz.

estigmatização, desemprego, falta de oportunidades e um crescente tráfico de drogas e armas.

Segundo a psicóloga, o projeto aumenta a autoestima dos jovens tornando mais fácil para eles recusar atos violentos e isso teria um

repressão, substituindo-a pela da prevenção.

Além das oficinas com os jovens, a capacitação foi realizada através de conferências dadas a funcionários do governo, ONGs, mídia e igrejas. ■

Cultura como instrumento de reinserção de crianças-soldado

Mélanie Montinard

Desde 2003, muitas crianças e jovens do Haiti têm se envolvido voluntariamente e, em muitas vezes, de forma direta em confrontos armados.

Haiti

As crianças-soldado – como são identificados pela comunidade e também entre eles próprios – desempenham papéis diversos, que variam de acordo com sua idade, gênero ou até mesmo com sua

A ideia de um projeto de reinserção destas crianças vítimas de violência nasceu da concretização do projeto *Tanbou Lapè*, que, em maio de 2007, promoveu a assinatura do primeiro acordo de paz entre líderes comunitários das bases (gângues) rivais de Bel Air, bairro da capital Porto Príncipe, e zona de intervenção do Viva Rio.

Em março de 2008, a ONG brasileira, que já atuava no Haiti

do trabalho já mostrou que muitos desses jovens haviam estado ou ainda estavam no centro dos conflitos.

Um dos adolescentes, por exemplo, disse que desejava se tornar policial porque já sabia manusear uma arma. As próprias comunidades nas quais estas crianças vivem acreditam que, apesar do projeto, elas não mudarão: serão sempre atores de conflitos, no que diz respeito à posição destes jovens em relação às bases.

Alguns deles estão ou já estiveram na prisão. Trata-se de crianças abandonadas que chegam à zona de violência devido a eventos políticos, catástrofes naturais, situação econômica familiar ou, ainda, pela ausência de uma família ou morte dos pais. Essas crianças acabam sendo “adotadas” pela base.

De acordo com Robert Montinard, coordenador de programas de segurança comunitária do Viva Rio no Haiti, e que participou do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (DDR 2) em Cité Soleil, Bel Air e Martissant, não há gângues no Haiti. “A abordagem que o Viva Rio desenvolve em Bel Air é, antes de tudo, cultural”, explica. “Vários projetos como o *Depoté*, Capoeira e Dança permitem aos jovens se



Crianças e adolescentes abandonados começam a praticar atividades delitivas ou criminosas em Porto Príncipe.

capacidade de atuação. Elas podem servir de “antena”, para transmissão de informações, ou para transportar armas e drogas. Mas podem também – e sobretudo – criar um conflito.

desde 2006 nas áreas de segurança e desenvolvimento, implantou o projeto de reinserção realizando, inicialmente, fichas de identificação das crianças. Esta primeira parte

Jean Israël era criança-soldado em Bel Air, reencontrou sua mãe e vive com ela em Ester, departamento de Artibonite.

expressar, encontrar sua verdadeira identidade, mas, acima de tudo, reencontrar sua autoestima, (re) aprendendo as regras da vida em sociedade”.

“Este trabalho de reintegração social e profissional é feito caso por caso, para que seja garantido seu sucesso, pois isso tem um preço e custa caro. Isso exige do soldado reencontrar um ambiente estável e de confiança em sua comunidade, sua família, com as outras bases do bairro, mas também com a polícia (se possível, com a Justiça) e as autoridades morais, como a Igreja. Isso exige, sobretudo, que ele reencontre sua identidade pessoal e rompa com a violência”, acrescenta.

No dia 1º de março de 2008, 36 crianças foram identificadas pelo projeto como crianças-soldado. Elas puderam aproveitar um processo de reinserção real: atividades de sensibilização e de identificação (atividades psicossociais), escola e/ou formação profissional, apoio alimentar e médico, período de



pré-reinserção, lazer. Em 2010, 20 delas provaram que uma reinserção duradoura e real é possível.

Junior, de 17 anos, fez dois meses de estágio com um engenheiro civil em 2008. Ele foi morar no campo, em Baradères, por iniciativa própria, para continuar a escola. Hoje, ele trabalha como *office boy* em uma empresa.

Boniface é, certamente, o maior orgulho do projeto de reinserção. Se em 2004 e 2005, ele estava envolvido em quase todos os atos de violência em Bel Air, hoje ele reencontrou sua mãe e vive com ela em Ester, departamento de Artibonite. Boniface não é mais Boniface – ele retomou sua verdadeira identidade.

Ele se chama Jean Israël e é uma criança de 10 anos que vai à escola, que adora brincar com seus amigos e com sua bicicleta nas montanhas de seu país de origem.

Crianças participam das atividades oferecidas pelo projeto de reinserção de crianças-soldado no Haiti.



Outro exemplo do qual o projeto se orgulha é Daniela, de sete anos, que foi envolvida em uma rede de transporte de armas, informações e de drogas, e que hoje, não podendo voltar para sua família biológica, mora no campo com uma família que a acolheu e voltou para a escola onde é premiada todos os anos.

Mas há também algumas decepções e falhas. Algumas crianças-soldado assim permanecem: continuam sendo definitivamente soldados, envolvidas em casos de violência como brigas ou sequestros.

Em outubro, o projeto foi renovado com 32 novas crianças. Os beneficiários desta nova edição do projeto são mais jovens e estão envolvidos em casos de roubo e prostituição. A força de um projeto como este está na reinserção das crianças em suas respectivas famílias e tem um enorme desafio pela frente: retirar definitivamente a criança do ambiente do gueto, mantê-la longe de influências políticas. Retirar dela a arma que está dentro de sua mente. 📄

Polícia especializada em atenção a jovens

Andréa Domínguez

Imagine uma delegacia juvenil onde, no lugar de isolamento e intimidação, existam diálogo e respeito. Um espaço em que não haja celas, mas sim salas de reflexão, e no qual o policial esteja capacitado para oferecer um tratamento digno a jovens em conflito com a lei.

Este lugar existe e fica em El Agustino, um dos bairros mais vulneráveis à delinquência juvenil de

Lima, no Peru, e com altos índices de criminalidade,

El Agustino começou a mudar em 2005,

quando a Fundação *Terre des Hommes*, a Associação *Encuentos*, a Casa da Juventude de Lima e a Delegacia de Polícia de El Agustino iniciaram a implementação do Projeto Justiça Juvenil Restaurativa, cujo alicerce fundamental é uma

relação baseada no respeito aos jovens.

Entre 2005 e 2009, a equipe do Projeto Justiça Juvenil Restaurativa atendeu a mais de mil adolescentes em conflito com a lei com idades entre 14 e 17 anos. Deles, 576 foram atendidos na sede policial do distrito de El Agustino e a maioria das infrações cometidas eram roubos e furtos. Em cinco anos, o projeto conseguiu baixar as taxas de reincidência criminal, de 55% para 3%.

O eixo central do trabalho realizado com menores em conflito com a lei é o Módulo Especializado em Atenção de Adolescentes em Delegacias, o primeiro deste tipo em toda a América Latina. O local tem uma sala de repouso com serviços básicos, sala de entrevistas e um pátio onde os adolescentes encontram seus familiares.

O programa, que conta com policiais qualificados em atenção aos adolescentes, tem feito com que a taxa de

corrupção e agressão física por parte da polícia em relação aos adolescentes seja nula.

A necessidade de introduzir mudanças no sistema juvenil veio a partir de uma pesquisa realizada em 2002 pela Fundação *Terre des Hommes*, que identificou problemas referentes à intervenção policial e ao tema da especialização e capacitação.

O maior problema era a inexistência de uma especialidade em justiça juvenil gerando questões como retenção arbitrária de adolescentes, uso excessivo da internação preventiva e falta de capacitação para os operadores da segurança pública e da justiça em geral.

Um estudo realizado em 2004 confirmou que a polícia de El Agustino realizava um grande número de apreensões ilegais de jovens e que não informava aos menores sobre seus direitos.

Esta situação evidenciou a necessidade de preparar um ambiente que oferecesse privacidade e respeitasse os direitos dos jovens e que eles fossem colocados em ambiente separado dos adultos.

O projeto possibilitou aos jovens receber tratamento digno e humano e diminuiu os riscos de fuga e de agressões aos policiais. ■

Projeto Justiça Juvenil Restaurativa no Peru tem sala de repouso, sala de entrevistas e pátio para visitas.



Peru

ATUALIZE-SE acessando comunidade**segura**

Comunidade Segura

Uma seleção mensal das principais matérias publicadas no portal. Inclui notícias, artigos, relatórios, entrevistas, dossiês e eventos. Disponível em português, inglês e espanhol.

En la Mira

O Observatório Latino-americano de Armas de Fogo traz artigos exclusivos e entrevistas sobre a produção, venda e uso de armas de fogo pequenas e leves na América Latina. Disponível em português, inglês e espanhol.

Antena

A revista bimestral Antena é um espaço para o intercâmbio e a disseminação das diferentes vozes protagonistas do debate nacional e internacional sobre as mudanças nas políticas de drogas.

Acompanhe também o portal em:

facebook

twitter

www.comunidadessegura.org

A América Latina é uma das regiões mais violentas do planeta e os jovens são as principais vítimas dessa violência. De acordo com o Mapa da violência: os jovens da América Latina, a probabilidade de um jovem latino-americano morrer vítima de homicídio é 30 vezes maior que a de um jovem da Europa.

O Brasil não é uma exceção. Segundo dados do Mapa da Violência 2001, a violência é a principal causa de morte entre a população jovem: 63%. O mais assustador é que, entre as mortes violentas, os homicídios são responsáveis por quase 40% do total.

Ainda de acordo com o estudo, entre 1998 e 2008, a taxa de homicídio na população de 15 a 24 anos saltou de 47,7 para 53 em 100 mil habitantes, bem mais alta do que a taxa da população em geral, que foi de 26,4.

**Nossos jovens estão morrendo e precisamos fazer algo.
Ouvir o que eles têm a dizer já é um bom começo.**



Governo da Noruega



comunidade segura
www.comunidadesegura.org